

Uma análise comparada no campo de História das Doenças

Dilene Raimundo do Nascimento
Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz
E-mail: dilene@coc.fiocruz.br

Introdução

Neste trabalho pretendemos resumir o contexto de surgimento do método comparativo de processos históricos e a importância de sua utilidade nas análises históricas de doenças. Apesar de não aceito por muitos historiadores, o fato é que, mesmo no caso de pesquisas consideradas estritamente monográficas, o ato de comparar sempre está presente, ainda que de modo não explícito, pois a descrição de um fenômeno particular implica o confronto com outros fenômenos semelhantes ou díspares, o que acaba por contribuir para uma melhor apreensão de seus contornos essenciais e, portanto, de sua especificidade.

O impulso tomado pelo método comparativo, na segunda metade do século XX, explica-se tanto pela percepção de que a generalização no estudo das sociedades implica o ato de comparar diferentes realidades, quanto pelo desenvolvimento de áreas de estudo, como, por exemplo, o do campo de História das Doenças. Nesse caso, um estudo comparativo das repercussões de duas doenças em uma mesma sociedade, ou de uma mesma doença em sociedades distintas, torna-se fértil para a reflexão sobre como as sociedades constroem as doenças e, a partir daí, estabelecem estratégias científicas e institucionais para combatê-las.

Os modelos de comparação

O ambiente intelectual europeu do século XIX, no qual se deu a emergência deste modo de abordagem das transformações das estruturas sociais e culturais, caracterizava-se pelo debate entre os que defendiam o estudo das sociedades humanas, “com ênfase em generalizações sobre sua estrutura e desenvolvimento”¹, portanto, sociológica, e os historiadores voltados exclusivamente para os eventos políticos, construídos a partir de fontes

oficiais, como era o caso dos historiadores rankeanos do Estado ². Na verdade, para estes últimos, tudo o que se produzisse em história e que não limitasse seu foco ao campo político-institucional, mas explorasse temas sociais, econômicos e locais, muitas vezes a partir de relatos antigos, não poderia ser considerado verdadeiro ou sério, mas, antes, como narrativa não objetiva, não científica.

Num contexto de crise do conhecimento histórico, caracterizado pelo relativo desinteresse na diacronia, com a conseqüente valorização dos estudos sincrônicos, alguns historiadores, nos inícios do século 20, começaram a se voltar para outras disciplinas, em busca de apoio na construção de uma “história mais ampla e mais humana”³, que se voltasse para as diversas formas do fazer humano, rompendo ao mesmo tempo com a narrativa triunfalista dos grandes eventos. Neste período, surge a *Revue de Synthèse Historique*, de Henry Berr, como expressão do desejo de renovação da história e ciências humanas, mas é com a fundação dos *Annales d'Histoire Économique e Sociale*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, que se cria efetivamente não só um veículo de crítica aos historiadores tradicionais, como também um canal de diálogo entre historiadores e cientistas sociais. A partir de então, desenvolve-se um movimento de ampliação do campo de atuação dos historiadores, tanto com a incorporação de objetos até então considerados indignos da sua atenção, quanto com a adoção de perspectivas teóricas advindas de outras disciplinas, ao mesmo tempo em que, para historiadores como Henri Sée e Henri Pirenne, a comparação aparecia como o instrumento pelo qual a história poderia alçar-se à condição de ciência, pois, graças a ele, evoluiria da mera descrição para a explicação dos processos históricos.⁴

Sob a influência da sociologia comparativa de Durkheim, Marc Bloch definiu a aplicação da comparação em história como método que busca não somente testar hipóteses sobre processos históricos, mas estabelecer as semelhanças e diferenças tanto entre sociedades “vizinhas” quanto entre sociedades distantes entre si no tempo e no espaço. Efetivamente, em seus dois importantes estudos dedicados ao mundo feudal, *Os Reis*

Taumatargos e A Sociedade Feudal, o historiador exercita, respectivamente, a comparação entre realidades semelhantes, Inglaterra e França, a partir de um fato comum às duas sociedades: o poder de seus reis-médicos de curar escrófulas, e a comparação entre sociedades distantes, no caso a Europa e o Japão feudais, pela focalização das similitudes e dissimilaridades nas relações de cavaleiros e samurais com seus senhores.

As posições contrárias à comparação fundamentavam-se no argumento de a história ser a ciência dos acontecimentos ou fatos únicos, singulares, irrepetíveis. Ao historiador caberia colhê-los e tratá-los com objetividade, a partir de documentos, nos quais já estariam potencialmente inscritos. Concepção positivista da história, portanto, que atribuiria aos fatos um sentido teleológico, isto é, a condição de etapas em direção ao futuro concebido como progresso. Os adeptos da comparação, por outro lado, mesmo aceitando o fato único como objeto específico da história, defendiam o comparativismo como o método que permitiria uma melhor percepção de sua especificidade. Assim, Max Weber, considerado o primeiro dentre os sociólogos a utilizar a história comparativa numa perspectiva contrastiva, isto é, buscando definir traços distintivos da sociedade ocidental pela comparação com sociedades asiáticas, nas diferentes esferas da vida social, ao responder à objeção do historiador Georg von Below ao emprego da comparação em história urbana, afirmou que para a história estabelecer o específico de uma cidade é necessário investigar o que falta nas outras.⁵

Mas, apesar de rejeitado por parte de muitos historiadores, o fato é que, mesmo no caso de pesquisas consideradas estritamente monográficas, o ato de comparar sempre está presente, ainda que de modo não explícito, pois a descrição de um fenômeno particular implica o confronto com outros fenômenos semelhantes ou díspares, o que acaba por contribuir para uma melhor apreensão de seus contornos essenciais e, portanto, de sua especificidade. Por exemplo, a narrativa do processo de fundação de um Estado nacional, não dispensaria a comparação com outros eventos desta ordem, na medida em que, com este recurso, melhor se caracterizariam as suas causas e traços determinantes.

O impulso tomado pelo método comparativo, na segunda metade do século XX, explica-se tanto pela percepção de que a generalização no estudo das sociedades implica o ato de comparar diferentes realidades, quanto pelo desenvolvimento de áreas de estudo como as histórias da Ásia, da África e da América Latina que, ao suscitarem questões teóricas em torno do papel destas regiões no contexto mundial, levaram à formulação de hipóteses e à necessidade de sua verificação pelo confronto entre variadas formações sociais daqueles continentes. O estudo das sociedades escravistas americanas, por exemplo, avançou significativamente graças ao emprego do método comparativo, já que com ele foi possível testar hipóteses sobre o processo de desenvolvimento destas mesmas sociedades, a partir do traço estruturador comum a todas: a escravidão colonial. Finalmente, contribuiu para a difusão do método comparativo em história o aparecimento de campos de estudo como a literatura, a economia e a política, alimentando a pesquisa histórica com novas perspectivas de abordagem dos processos de transformação social.

Tratar das motivações do uso da comparação levanta questões como por que comparar e quais seriam suas modalidades específicas. Theda Skocpol e Margareth Somers, em seu artigo intitulado *The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry*, discutem estes temas e apresentam três linhas, ou lógicas, de abordagem comparativa em história, que se realizam em algumas das mais expressivas contribuições à historiografia contemporânea. São elas: a História Comparativa como Demonstração Paralela da Teoria, a História Comparativa por Contraste de Contextos e a História Comparativa como Análise Macrocausal.

A História Comparativa como Demonstração Paralela da Teoria busca provar a eficácia de uma hipótese ou teoria, quando aplicada a uma série de trajetórias históricas relevantes para a demonstração. Neste caso, uma característica importante desta forma de comparação é justamente sua condição ancilar em relação à teoria a ser demonstrada. Assim, os casos comparados devem exemplificar o termo comum a todos, previsto pela teoria.

A segunda modalidade de comparação, denominada História Comparativa por Contraste de Contextos, procura justapor situações, com objetivo praticamente oposto ao da história comparativa por demonstração. Se, para os comparatistas da demonstração paralela da teoria o que importa é provar a sua validade caso a caso, para os estudiosos que utilizam o comparativismo por contraste seu objetivo está em revelar os aspectos individuais de cada caso particular e mostrar como estes aspectos interferem na elaboração da suposta generalidade dos processos sociais. Se a característica básica do método comparativo por demonstração paralela é o foco na teoria, o que importa para a comparação por contraste é que a integridade histórica de cada caso pesquisado seja respeitada como um todo.

Se os estudos comparativos por contraste de contextos para serem bem-sucedidos não devem pretender substituir as análises causais, se seu objetivo é o estabelecimento de limites históricos às excessivas generalizações teóricas, sem, por seu turno, aspirar a novas generalizações, a História Comparativa como Análise Macrocausal parece apontar justamente para o oposto. O decano desta terceira forma de comparativismo, Barrington Moore Jr., vê o uso da comparação histórica como um método que pode efetivamente “testar a validade das hipóteses teóricas vigentes e desenvolver novas generalizações causais que substituam as invalidadas”⁶. A análise macrocausal tende a movimentar-se entre hipóteses explicativas alternativas e a comparação de traços relevantes nas histórias de dois ou mais casos estudados.

Trata-se, na verdade, de se pensar a comparação não como uma estratégia a favor da máxima generalização teórica ou, pelo contrário, da afirmação do caráter exclusivamente individual do fenômeno histórico; antes, trata-se de se trabalhar simultânea e criticamente com o geral e o particular, com os modelos e suas variantes concretas, de modo a se apreender a dinâmica de um determinado processo histórico.

A comparação em História das Doenças

Assim, no caso da História das Doenças a comparação entre fenômenos patológicos, ou entre diferentes contextos sociais atingidos por um mesmo fenômeno, pode revelar sugestivas variações de sentidos das doenças, consoante os períodos de sua emergência, bem como sua importância, no âmbito da realidade histórica em que elas se desenvolvem. No recente campo de estudos da História das Doenças, pesquisas comparativas entre tuberculose e Aids, por exemplo, têm resultado numa nova compreensão dessas patologias, na medida em que se explicita não apenas o caráter de sua incidência, mas o modo como indivíduos e sociedades por elas atingidas as vivenciam.⁷

Pela identificação de elementos comuns a ambas as doenças – transmissibilidade e incurabilidade –, o estudo comparado dessas patologias busca examinar suas repercussões no corpo social e nas estratégias científicas e institucionais construídas para combatê-las. Ambas, cada uma em sua época, mostram-se dotadas de grande relevância epidemiológica e social, descrevendo trajetórias, muitas vezes semelhantes, outras de diferenças relevantes.

No caso da tuberculose, o discurso médico-científico do início do século XX aparece como um verdadeiro oráculo detentor do poder de apresentar formas capazes de exercer, pelo menos, algum controle sobre suas manifestações. Já em relação à Aids, assiste-se, pelo menos nos anos 80, ao espetáculo do ludíbrio daquele discurso, pelas evoluções de uma doença refratária a toda tentativa de aprisionamento e capaz de embaraçá-lo com as teias do imaginário social produzido a partir dela.

No caso das duas doenças, o contágio e a incurabilidade legitimam a comparação e propiciam tanto a análise da construção dessas doenças, sob a égide desses conceitos, partilhados por ambas no campo médico-científico, quanto de suas repercussões no campo político e social, com atenção, por outro lado às rupturas e permanências na relação da sociedade com tais enfermidades. Nessa medida, a comparação examina as respostas dadas

pela sociedade a essas doenças percebidas como fenômenos sociais, levando-se em conta as três dimensões das doenças: a de suas manifestações no imaginário social, a do conhecimento científico e a das estratégias institucionais, consideradas as suas conexões e interpenetrações, quer como resultados quer como geradoras das ações sociais nas suas relações com as moléstias.

Em suma, ao assumir a tuberculose e a Aids como objetos de uma História Social, a comparação busca levar em conta as diferenças sociais quando do aparecimento de cada uma delas, investigando similitudes e dissimilitudes em suas trajetórias. Em outras palavras, a comparação detecta elementos pertinentes a ambas, em seus respectivos contextos, o que permite tanto sua aproximação quanto sua distinção como fenômenos sociais. Por último, a comparação aponta para a análise das visões coletivas que determinam o debate e a formulação de políticas de combate a essas moléstias.

Ainda no campo da História das Doenças, o estudo comparado de estratégias nacionais, no combate a moléstias de grande transcendência social, abre a possibilidade de, ao mesmo tempo em que propicia um conhecimento mais profundo das sociedades em função da sua interação com as doenças que as atingem, uma leitura simultaneamente contrastiva e ampliada da imbricação dos diferentes aspectos envolvidos nas políticas voltadas para o seu combate, com vistas à checagem de sua pertinência e eficácia.

Exemplo desse tipo de abordagem comparativa é o estudo, em curso, da erradicação da poliomielite em dois países distintos.⁸ Os historiadores envolvidos nessa pesquisa procuram identificar, nas trajetórias de combate à poliomielite implementadas nesses países, diferenças e semelhanças a partir do exame de variantes específicas, tomadas como dados próprios a cada uma das formações sociais. Contra este pano de fundo, trata-se de verificar como cada nação implementa sua política de combate à doença, levando-se em conta o papel desempenhado por instrumentos comuns utilizados por ambas em suas ações de erradicação da poliomielite. Assim, constata-se que apesar de em ambos os países

encontrarem-se instituições voltadas para a consecução do projeto de erradicação da doença, observam-se diferenças em suas ações, no que diz respeito à sua importância e ao seu poder de intervenção.

Conclusões dessa natureza devem servir para se pensar o sentido que em cada país assume a política de combate à determinada doença, bem como alternativas possíveis que garantam sua eficácia. Do ponto de vista, especificamente, da pertinência desse estudo para a História Comparativa, ressalte-se principalmente a ampliação do conhecimento histórico dessas formações sociais à luz de um novo objeto – a doença.

Buscou-se aqui chamar a atenção para a importância da comparação em história, como um método pelo qual se pode fazer dialogar o exame de formações históricas específicas com formulações teóricas referentes aos processos de constituição destas mesmas formações. Pela colocação de questões bem delimitadas, a comparação pode contribuir tanto para o rompimento com a abstração empobrecedora da pesquisa dos fenômenos históricos, quanto da descrição puramente monográfica. Por atentar para as peculiaridades estruturais, sem menosprezar a pesquisa dos fatos históricos, o método comparativo parece prestar-se especialmente bem ao objetivo da ciência histórica hoje: explicar e interpretar as trajetórias das sociedades humanas.

¹ BURKE, Peter. *História e Teoria Social*: tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

² Idem, *Ibidem*.

³ Idem, *Ibidem*

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. tradução: João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

⁵ Burke, 2000:40.

⁶ SKOPCOL, Theda and SOMERS, Margaret. "The Uses of Comparative History in Macro social Inquiry". In *Comparative Studies of Society and History*, nº 2, vol. 22, 1979, pp.174-197, p.182.

⁷ NASCIMENTO, Dilene R. do. "Da indiferença do poder a uma vida diferente: tuberculose e Aids no Brasil". *Doutorado*, Niterói, UFF, 1999.

⁸ NASCIMENTO, Dilene R. do et alli. "A erradicação da poliomielite: uma história comparada Brasil e Peru". *Projeto de pesquisa. Edital Universal CNPq 01/2002*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 2003.